ATIVIDADE: IGREJA

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO (LAMI)

1 – Requerimento
Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.
2 – Documentos de identificação
Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.
Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.
3 – Documentos sociais
Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.
Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.
Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
4 – CNPJ
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.
5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)
Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.
6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)
RG e CPF do procurador constituído.
7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)
A procuração particular deve ter a firma reconhecida.
8 – Termo de Responsabilidade
Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.
9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)
Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) **(se for o caso)**.
10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos **(se for o caso)**.
11 – Planta de localização
Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.
12 – Certidão de Zoneamento Municipal
13 – Comprovante de titularidade da propriedade:
13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;
13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;
14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico;
15 – Conta de luz;
16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).
17 – Declaração informando a lotação máxima da Igreja;
18 – Projeto para implantação de Sistema Fossa, Filtro e Sumidouro para os casos onde não exista tratamento pela concessionária (NBR 7229);
19 – Projeto de isolamento acústico da igreja realizado por profissional habilitado.
20 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.
21 – Checklist da atividade;
22 – Enquadramento da atividade.
No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.
Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: IGREJA

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL INTEGRADA (LAMIN)

1 – Requerimento
Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.
2 – Documentos de identificação
Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.
Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.
3 – Documentos sociais
Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.
Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.
Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
4 – CNPJ
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.
5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)
Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.
6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)
RG e CPF do procurador constituído.
7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)
A procuração particular deve ter a firma reconhecida.
8 – Termo de Responsabilidade
Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.
9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)
Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) **(se for o caso)**.
10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos **(se for o caso)**.
11 – Planta de localização
Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.
12 – Certidão de Zoneamento Municipal
13 – Comprovante de titularidade da propriedade:
13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;
13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;
14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico;
15 – Conta de luz;
16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).
17 – Declaração informando a lotação máxima da Igreja;
18 – Projeto para implantação de Sistema Fossa, Filtro e Sumidouro para os casos onde não exista tratamento pela concessionária (NBR 7229);
19 – Projeto de isolamento acústico da igreja realizado por profissional habilitado.
20 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.
21 – Checklist da atividade;
22 – Enquadramento da atividade.
No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.
Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: IGREJA

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE OPERAÇÃO (LAMO)

1 – Requerimento
Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.
2 – Documentos de identificação
Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.
Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.
3 – Documentos sociais
Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.
Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.
Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
4 – CNPJ
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.
5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)
Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.
6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)
RG e CPF do procurador constituído.
7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)
A procuração particular deve ter a firma reconhecida.
8 – Termo de Responsabilidade
Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.
9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)
Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) **(se for o caso)**.
10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos **(se for o caso)**.
11 – Planta de localização
Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.
12 – Certidão de Zoneamento Municipal
13 – Comprovante de titularidade da propriedade:
13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;
13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;
14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico;
15 – Conta de luz;
16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).
17 – Declaração informando a lotação máxima da Igreja;
18 – Projeto de isolamento acústico da igreja realizado por profissional habilitado;
19 – Certidão do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro;
20 – Relatório fotográfico da implantação do Sistema Fossa, Filtro Sumidouro, (se for o caso);

21 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.
22 – Checklist da atividade;
23 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.
Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: IGREJA

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL PRÉVIA (LAMP)

1 – Requerimento
Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.
2 – Documentos de identificação
Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.
Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.
3 – Documentos sociais
Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.
Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.
Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).
4 – CNPJ
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.
5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)
Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.
6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)
RG e CPF do procurador constituído.
7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)
A procuração particular deve ter a firma reconhecida.
8 – Termo de Responsabilidade
Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.
9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)
Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s) **(se for o caso)**.
10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)
Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos **(se for o caso)**.
11 – Planta de localização
Imagem do Google Earth do local com coordenadas geográficas.
12 – Certidão de Zoneamento Municipal
13 – Comprovante de titularidade da propriedade:
13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;
13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;
14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico;
15 – Conta de luz;
16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).
17 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.
18 – Checklist da atividade;
19 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.
Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.